



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 22 DE MARÇO DE 1996

Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Dr. Gustavo Krause; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Governadores Marcello Alencar, Mário Covas, Eduardo Azeredo; Senhores Senadores; Senhoras Deputadas; Senhores Deputados; Senhores Secretários de Estado, notadamente o que falou por todos eles, o Secretário Feldman; Senhor Vice-Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Egídio Bianchi; Ex-Ministro Alexis Stephanenko, que dá a honra da presença; Senhoras e Senhores;

Esta manhã, fui saudado pelo Ministro Krause de maneira inabitual. Certamente, o Ministro queria me fazer recordar que era o Dia Mundial das Águas e me disse: “Presidente, eu hoje amanheci de alma lavada.” (Risos.)

Acho que ele se referia a isto, ao fato de que nós, hoje, estamos aqui podendo tomar medidas muito importantes para reorganizar o processo de gestão das águas do Brasil, para que possamos tomar em conta, de maneira muito ativa, a questão da poluição

do meio ambiente e mostrar ao Brasil que estamos atentos a essa nova visão que hoje prevalece entre nós.

Aqui, eu me permitiria dizer-lhes que, assim como para muitos dos aqui presentes, a questão relativa ao desenvolvimento sustentável é alguma coisa que está muito vinculada à nossa trajetória pessoal, intelectual.

O Deputado Feldman já se referiu aos esforços que foram feitos durante a Constituinte para começar a olhar, de maneira um pouco mais aberta e renovada, os problemas do desenvolvimento. Eu recordo quantas reuniões tivemos com o Zé Pedro, em São Paulo, com o Fábio Feldman, mesmo nos Estados Unidos, em agências de conservacionistas, e com tantos companheiros mais, pelo mundo afora. É realmente extraordinário poder ver que hoje, no centro mesmo da questão do desenvolvimento, num país em desenvolvimento como o Brasil, nós estamos colocando a questão do meio ambiente, a questão dos recursos renováveis, a questão das águas.

Isso tem muito a ver não apenas com a mudança de enfoque na questão do desenvolvimento, mas com algo talvez mais profundo, mais de base, que é o modo mesmo pelo qual encaramos hoje a questão da democracia.

Estamos longe, já, da época hobbesiana do *homo hominis lupus*, quando a preocupação fundamental era de regulamentar as relações apenas entre as pessoas, no pressuposto de que, se não houvesse Estado, se não houvesse regras, o homem se transformaria no inimigo do homem, no lobo do homem. E verifica-se, nos fundamentos mesmo da concepção democrática, curiosamente – além dessa preocupação normal, e obsessiva para a época, com o regular o bicho homem, que é uma fera e precisa ter cuidados muito especiais, senão ele destrói a si próprio, se não houver regras para definir a sua convivência –, que não havia preocupação maior com os recursos naturais.

Nos fundadores do pensamento democrático moderno, quando se passa pelo Iluminismo, quando se lê um autor por quem tenho alta admiração – a tal ponto que ousei traduzi-lo para o português – que é Montesquieu, vê-se uma porção de preocupações institucio-

nais; mas a natureza era o bom selvagem rousseauniano, era alguma coisa dada, que havia incorporado a experiência como um dado que não se punha em dúvida, nem a sua qualidade intrinsecamente boa, nem o risco de ela se tornar sem condições de se renovar e, muito menos, de ser pervertida.

Não existe, na leitura dos fundadores do pensamento democrático, outra preocupação além do reconhecimento das benesses da natureza. Algum perigo – talvez.

Muito curiosamente, teve um profundo efeito sobre o pensamento até político europeu a descoberta e o contato com outros povos. E se vê registrado, em Montesquieu mesmo, o espanto com muitos hábitos novos, com a floresta, tudo isso, mas sem que jamais se pudesse, no século XVII, no século XVIII, adivinhar que, em algum momento, ou nós incorporávamos a dimensão ambiente, a renovação do ambiente, ou não teríamos como preservar nem a vida humana em condições razoáveis e nem – já direi por quê – a própria noção de democracia.

Não existia essa preocupação, ela é contemporânea, é moderna. Por quê? Porque fomos descobrindo que os recursos podem escassear. O Governador Eduardo Azeredo deu o dado aqui. E até um dado aterrador, disse o Deputado Feldman. Pode ser que, no futuro, os conflitos girem em torno da água, como na Antiguidade – é só lembrar da Mesopotâmia. É possível que isso ocorra, o recurso pode vir a ser escasso, vir a ser fonte de poder. E, aí, entra a questão da democracia.

Nós temos que lidar com esses problemas num duplo aspecto. Um é o de que, realmente, eles têm que ser renovados e devem ser preservados. O outro é que, se nós encontrarmos os mecanismos de distribuição compartilhada desses recursos, eles vão ser fruto de conflito e podem ser fruto de opressão.

O que se está fazendo aqui é, simplesmente, traduzir em termos mais práticos. Estamos falando, hoje – como amanheci, também eu, de alma lavada –, de coisas abstratas. Mas é preciso que se discuta... O que estamos discutindo, hoje, aqui, são formas objetivas de gestão, formas democráticas de gestão.

Aí entra o problema da cidadania, aí entra a questão da participação, aí entra a questão de uma revisão de como se distribui o poder, quem dispõe dele, como se discutem as decisões e, o que disse o Deputado Feldmann, um federalismo horizontalizado: a necessidade de que, já que somos um Estado federado, a União não pense que ela, por estar acima na pirâmide formal do poder, deva ser considerada como a força da União para impor. Ela não deve impor nada: ela tem que discutir, tem que compartilhar, tem que assinar esses acordos – seis milhões aqui, três ali...

Nove milhões é pouco. Não é o dinheiro que está contando. O dinheiro conta, mas não só ele; é mais do que isso: é o modo pelo qual vamos tratar desses problemas. Vamos tratar, porque meio ambiente é fundamental, porque a água é básica. Vamos tratar, porque não há desenvolvimento, a médio e longo prazos, se não for sustentado. Vamos tratar de forma compartilhada, porque não há outra maneira de gerenciar, no mundo de hoje, os recursos escassos e as decisões que afetam o bem-estar da população. Vamos tratar, porque, hoje, é preciso ter presente sempre que não é só a água: é o esgoto, é a poluição, são as conseqüências disso. Ainda ontem, aqui, discutindo o combate à dengue, eu disse: ou há um esforço coletivo, ou uma campanha para saber como é que se usa a água, como é que se faz com o esgoto. E o que se faz com o lixo, porque, se não for tratado, vai acabar poluindo de novo.

Isso tudo requer consciência social, noção de responsabilidade, visão do futuro e uma estrutura institucional que permita o encontro de vontades diferentes, na busca de um objetivo. Isso é a nova democracia. E essa nova democracia, essa visão dessa nova democracia obriga que se incorpore aquilo que foi fundamental no Iluminismo, que é a noção da razão, a noção de que, para evitar a guerra de todos contra todos, é preciso ter um instrumento de racionalidade. Mas essa racionalidade não é abstrata: ela se incorpora em instituições e traz, dentro dela, a noção do debate, da discussão, da convergência, da negociação, da dissuasão, do entendimento.

Portanto, ela é uma razão democrática, uma razão que não pode pairar acima de tudo, e o Estado, aqui em cima, absoluto, diz: “É isso, porque eu estou certo.” Não. É uma razão que se constitui no processo, não uma razão que comece no ponto de partida. É uma razão democrática. E a razão democrática, no mundo de hoje, com os desafios de hoje, com o desenvolvimento sustentável, com a necessidade de ter-se sempre presente as conseqüências de cada ação para as gerações futuras, não pode ser uma razão atrelada ao momento que ela está vivendo. Ela tem que descortinar um futuro, tem que ter uma visão de futuro, tem que ter uma utopia, se posso colocar dessa maneira.

E, aí, desaparece aquela contradição entre um pensamento puramente abstrato, frio, racional, absoluto e impositivo e a noção de uma razão que se constitui no processo da negociação, se afirma no cotidiano e não se extingue, simplesmente, nas lutas do presente, olhando para trás, mas procura antecipar o que vai acontecer amanhã, com uma visão de futuro, para permitir, efetivamente, a possibilidade de uma ação que leve à reprodução sustentável e melhorada das condições de vida no planeta.

Esse é o novo mundo. Esse novo mundo implica as organizações não-governamentais, o Parlamento, o Governo, o Estado, a tecnocracia, implica uma porção de condicionamentos mais. Mas significa, hoje, uma superação da visão do passado; significa uma nova visão da sociedade, uma nova visão do processo político, uma nova visão da distribuição, como eu já disse aqui, das funções dos governantes e do seu relacionamento com a cidadania e com a sociedade.

Então, permiti-me, talvez, esses excessos de elaboração teórica – excessos para quem está em funções políticas – porque acho que, hoje, ou os políticos assumem posições, têm visão, assumem a visão, assumem compromisso e saem do banal, do cotidiano, de medidas absolutamente tópicas, para aparecer hoje no jornal e morrerem amanhã, porque morrem, se não tiverem visão do futuro, se não tiverem convicção, se não tiverem um rumo; ou assumem essa posição, ou deixam de cumprir a sua missão normal na sociedade contemporânea.

E, aí, para terminar, para não prolongar demasiado esta solenidade, pelos muitos afazeres dos senhores, queria dizer que o Secretário Deputado Feldman tem razão. Nós precisamos incorporar esses temas – não sei se em nível de Constituição, porque acho que a Constituição virou, no Brasil, alguma coisa que é mata-borrão, todo mundo quer colocar nela tudo que é reivindicação, e isso não é uma Constituição, não é? – às nossas preocupações cotidianas. O que tiver de impedimento constitucional, devemos cortá-lo, para que possamos revisar, na legislação infraconstitucional e nas práticas administrativas, essas novas maneiras de gerir essas questões relativas às unidades metropolitanas, aos recursos hídricos, etc., etc.

Hoje, estamos assinando alguns convênios sobre o rio Paraíba do Sul. Isso já implica três governadores. Quantos municípios? Infinitos. Infinitos, não, mas muitos, numerosos municípios. Implica, portanto, uma nova visão até do Direito Administrativo, para que as coisas possam funcionar de forma adequada.

Certamente, lá para cima, no Nordeste, onde vejo que há ação administrativa também, da mesma maneira, quando formos tomar decisões – estamos tomando-as no Planejamento, na Caixa Econômica, na Secretaria de Habitação – sobre as questões do saneamento básico e da habitação popular, que têm a ver com o meio ambiente também; da mesma maneira, cada vez mais vamos precisar de juntar unidades administrativas, unidades regionais, agências do Governo Federal, do Governo Estadual, dos municípios, dos que vão ser os beneficiários, o controle da sociedade local. E tudo isso vai requerer maior flexibilidade na ação administrativa.

Precisamos, então, rever na Constituição as amarras a tudo isso. É o que estamos tentando fazer, com o apoio do Congresso até hoje. E é o que estamos fazendo: tentando convencer o País e a sociedade de que temos de quebrar amarras com um passado estreito – que já morreu e ainda está poluindo o presente –, criando condições para, com uma visão de futuro, determinação e convicção, um novo modo, que vamos implementar, de gerir o País e a democracia, colocando no centro de tudo o homem e o meio ambiente.

Quero agradecer a oportunidade de termos nos encontrado hoje, de ver que existe uma convergência também aqui. Eu não faria a insensatez de terminar sem falar da Mata Atlântica, porque, quando o Fábio passou por aqui, eu disse uma coisinha para ele a respeito do discurso dele. Se eu não fizesse uma referência à Mata Atlântica, ele viria, imediatamente, tomar satisfações de mim.

Acho que, além da questão do Paraíba do Sul, a preocupação demonstrada aqui pelas matas ciliares, pela educação ambiental, pela preservação da Mata Atlântica é fundamental. E acho que nós, no Brasil, com todas as dificuldades que temos de um país em desenvolvimento, estamos conseguindo, bem ou mal, chamar crescentemente a atenção para problemas que, até há muito pouco tempo, muito poucas décadas, eram absolutamente ignorados pelo conjunto da população.

Hoje, Mata Atlântica é símbolo. É símbolo, e símbolo importante de uma luta que tem de ser mantida para que possamos efetivamente ser fiéis àquilo que dizemos que queremos, que é ter uma visão moderna e de preservação do meio ambiente.

Como aqui, hoje, junto com o rio Paraíba do Sul, somou-se a Mata Atlântica, e tudo isso beira a terra onde nasci e a terra onde vivo, creio que é um dia que posso terminar dizendo: realmente, não só amanhecemos de alma lavada, continuaremos no dia lavando a alma.

Muito obrigado.